# MINUTA DE CONTRATO

| | |
|---|---|
| | **CONTRATO Nº** numeroSequencial/2026 - SECTI<br><br>**NÚMERO DO PROCESSO** - SISLOG 118864<br><br>**NÚMERO DO PROCESSO** - SEI 202600005007435 |
| | Contrato que entre si celebram, o Estado de Goiás, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - SECTI, e a empresa [empresaVencedora], para o fornecimento de expansão das licenças de JIRA CLOUD da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. |

**CONTRATANTE**: **O ESTADO DE GOIÁS** pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob o nº 21.652.711/0001-10, com sede administrativa situada na Rua 82, nº 400, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, 1º andar, Setor Sul, em Goiânia - GO, neste ato representado por seu titular, Sr. **JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO**, brasileiro, portador do RG nº ****678 , DGPC GO, inscrito no CPF/MF sob o nº ***.857.158-**, residente e domiciliado em Goiânia-GO, nos termos do art. 84-A da Lei estadual nº 17.928, de 2012 c/c art. 1º do Decreto estadual nº 9.898, de 2021.

**CONTRATADA**: [empresaContratada], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº [cnpjContratada], com sede no(a) [enderecoContratada], neste ato representada por seu(ua) _____, Sr(a). [representanteContratada], [nacionalidade] e inscrito(a) no CPF sob o nº [***.___.___-**].

As partes acima qualificadas celebram o presente contrato que será regido pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores, especialmente nos casos omissos, pelo Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023, pelo Decreto estadual nº 10.680, de 16 de abril de 2025, e demais normas regulamentares aplicáveis, oriundo do **Pregão Eletrônico nº ___/_____ - SECTI / Contratação nº 118864-SISLOG (Processo nº 202600005007435)**, nas condições a seguir estabelecidas, nos presentes autos do **Processo nº _____.**

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de expansão das licenças do Jira Enterprise Cloud e Atlassian Guard, aquisição dos plug-ins Structure by Tempo - Jira Portfolio Management PPM (Advanced), Timesheets by Tempo - Jira Time Tracking Cloud, JMWE – Jira Misc Workflow Extensions Cloud e Kanban Analytics, estando vinculado às condições e especificações estabelecidas no edital, termo de referência, seus anexos e proposta comercial apresentada pela CONTRATADA no sistema eletrônico, independentemente de transcrição, conforme as cláusulas e condições abaixo relacionadas.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E FORMA DE RECEBIMENTO

Os bens contratados deverão ser fornecidos de forma parcelada, sob demanda, conforme estabelecido nos itens 7.1. e 7.5. a 7.20. do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, bem como nos itens 9.1. a 9.3. do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO TR - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** Os serviços contratados serão executados sob o regime de prestação dos serviços adotado para este certame será o de **Empreitada por Preço Unitário**, em estrita observância ao art. 6º, inciso XXVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

O valor total do presente contrato é de [valorTotalContratado].

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** Os preços contratados, de acordo com a Proposta Comercial da CONTRATADA, são:

[itenscomvencedor]

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O objeto contratado deverá atender às especificações técnicas constantes no Tópico 4 - DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO e às condições estabelecidas no item 6.1. do Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO do TR - Termo de Referência.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

A CONTRATADA, após a entrega do objeto, deverá protocolizar a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente para ser atestada pelo gestor do contrato, que será encaminhada para o setor responsável da CONTRATANTE para pagamento, conforme itens 9.4. a

9.10. do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do TR - Termo de Referência, transcritos abaixo:

**a.** Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias para fins de atesto da execução do objeto, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

**b.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

**c.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

**d.** O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**e.** Para efetivação do pagamento, a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao CADFOR.

**f.** Se a CONTRATADA estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR, compreendendo:

Certidão de regularidade perante a Fazenda federal;

Certidão de regularidade perante a Fazenda pública do Estado de Goiás;

Certidão de regularidade perante a Fazenda estadual do domicílio ou sede da CONTRATADA;

Certidão de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;

Cetidão de regularidade relativa ao FGTS;

Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho;

Declaração do CADIN ESTADUAL - GO (DCAD) sem pendências registradas.

**g.** A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes – CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

**g.1.** Caso seja constatado que a CONTRATADA esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**g.2.** Caso seja constatado que a CONTRATADA esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

**g.3.** Os prazos referidos neste item poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

**g.4.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Controladoria-Geral do Estado a inadimplência da CONTRATADA.

**g.5.** Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

**g.6.** Se a CONTRATADA não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, e havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

**h.** O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O pagamento será realizado pontualmente, de acordo com a frequência de emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento, no valor proporcional aos quantitativos demandados e efetivamente executados no período, observando-se os prazos e as condições estabelecidos nos itens 9.13. a 9.16., 9.18. e 9.19. do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do TR Termo de Referência, transcritos abaixo:

**a.** O pagamento do objeto deverá ser realizado até 30 (trinta) dias após o atesto da nota fiscal e emissão do Termo de Recebimento Definitivo pelo Gestor do Contrato, respeitada a ordem cronológica conforme Decreto nº 9.561, de 21 de novembro de 2019.

**b.** A Administração somente efetuará o pagamento à CONTRATADA referente às Notas Fiscais ou documento de cobrança equivalente, estando vedada a negociação de tais títulos com terceiros.

**c.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**c.1.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**d.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**d.1.** O CONTRATANTE, ao efetuar o pagamento à CONTRATADA, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores.

**d.2.**O Prestador de Serviços regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei complementar.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.**A liquidação da despesa ocorrerá nos termos dos itens 9.11. e 9.12. do Tópico 9 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO do TR - Termo de Referência, transcritos abaixo:

**a.** O registro da liquidação da despesa no Sistema de Programação e Execução Orçamentária e Financeira – SIOFINET deverá ser realizado pelo setor financeiro em até 15 (quinze) dias após o atesto da execução do objeto.

**b.** Para fins de liquidação, o setor financeiro deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**b.1.** o prazo de validade e a data da emissão;

**b.2.** os dados do contrato e do órgão ou entidade da Administração;

**b.3.** o período respectivo de execução do contrato;

**b.4.** o valor a pagar; e

**b.5.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.***O*s pagamentos serão orientados pelo Cronograma de Execução Física e Financeira, conforme estabelecido no item 7.20. do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do TR - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO QUARTO.**Na ocorrência de rejeição da nota fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item acima, passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

**PARÁGRAFO QUINTO.**Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto perdurar pendência correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

**PARÁGRAFO SEXTO.**Em caso de atraso no pagamento em que a CONTRATADA não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

**EM** = N x Vp x (I / 365)

Onde:

**EM** = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

**N** = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

**Vp** = Valor da parcela em atraso;

**I** = ICTI anual acumulado (Índice de Custo da Tecnologia da Informação do IPEA)/100.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.***O* preço ora definido neste instrumento contratual é fixo e irreajustável pelo período de 12 (doze) meses, contados da data do orçamento estimado, sendo que:

**I.** É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da CONTRATADA, contemplando a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA) após 12 (doze) meses da data do orçamento estimado, no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

**II.** O requerimento a que se refere o parágrafo anterior prescinde da indicação dos índices de variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA) no período, tendo em vista o lapso temporal observado em sua divulgação.

**III.** O preço eventualmente reajustado somente será praticado após a vigência do aditamento ou apostilamento contratual e contemplará a variação do Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI/IPEA) durante 12 (doze) meses, a partir da data do orçamento estimado.

**IV.** Os reajustes sucessivos terão por base o termo final do período contemplado pelo reajuste anterior. Assim, nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, em atenção à Nota Técnica nº 01/2016 da Procuradoria-Geral do Estado.

**V.** A CONTRATADA só fará jus a qualquer reajuste na constância da vigência contratual.

**PARÁGRAFO OITAVO.**Haverá preclusão lógica do direito ao reajustamento nos casos em que a CONTRATADA firmar termo aditivo de dilação de prazo de vigência, com a manutenção dos preços praticados e sem a expressa reserva do direito, quando já houver decorrido o período anual referente ao reajustamento e mesmo que ainda não consumado o prazo de 60 (sessenta) dias úteis previsto no parágrafo anterior.

**RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

**PARÁGRAFO NONO.**Fica assegurado às Partes o direito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro (“Reequilíbrio”) sempre

que:

I – ocorrer risco atribuído à CONTRATANTE na Matriz;

II – ocorrer fato imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, fora da Matriz;

III – ato ou omissão da Administração impactar o custo ou o prazo contratual;

IV – houver modificação unilateral provocado pelo CONTRATANTE que altere seu valor.

**PARÁGRAFO DÉCIMO**A Parte afetada deverá protocolar o Pedido de Reequilíbrio em até 30 (trinta) dias corridos da ciência do evento, contendo:

a) descrição do evento e demonstração de sua relação causal com o impacto alegado;

b) enquadramento na matriz ou no inciso aplicável no parágrafo décimo anterior;

c) planilha pormenorizada de custos que evidenciem o impacto econômico-financeiro na execução contratual;

d) documentos comprobatórios (boletins, laudos, notas fiscais, série histórica de índices, etc.).

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO.** Recebido o pedido ou instaurado o procedimento de ofício, o CONTRATANTE deverá:

a) notificar a CONTRATADA para que se manifeste no prazo de até 10 (dez) dias corridos, quando o procedimento for instaurado de ofício pelo CONTRATANTE;

b) instruirá processo administrativo específico, com parecer jurídico e manifestação técnica conclusiva; e

c) proferir decisão final no prazo de até 60 (sessenta) dias, sendo que o silêncio não implicará concordância tácita.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO.** O Reequilíbrio poderá dar-se, isolada ou cumulativamente, por:

I – ajuste nos preços unitários;

II – postergação ou antecipação de parcelas de pagamento;

III – ressarcimento à Parte afetada;

IV – extensão ou redução de prazo contratual;

V – modificação de obrigações de desempenho, níveis mínimos de serviço, etc.; ou

VI – outras formas de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato acordadas pelas Partes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO.**A solução será escolhida segundo o menor ônus para o CONTRATANTE sem perda de qualidade ou funcionalidade do objeto.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO.** Não darão ensejo a Reequilíbrio:

I – riscos atribuídos exclusivamente à CONTRATADA;

II – variações de custos ordinárias já abrangidas pelos mecanismos de reajuste ou repactuação;

III – ineficiência gerencial, erro de projeto imputável à CONTRATADA ou descumprimento de obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO**É vedada a dupla recuperação de valores sobre os mesmos itens do contrato, quando já houver sido concedido reajuste ou repactuação, salvo se demonstrado, de forma inequívoca, que o aumento possui natureza extraordinária. As indenizações eventualmente recebidas de seguradoras ou de terceiros deverão ser obrigatoriamente deduzidas do valor da recomposição concedida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO.Os pagamentos devidos à CONTRATADA estarão condicionados ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço estabelecidos nos itens 7.28. a 7.33. do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do TR - Termo de Referência, conforme critérios e indicadores ali definidos, nos termos do art. 28 do Decreto estadual nº 10.680, de 16 de abril de 2025, e com fundamento no art. 144 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

## CLÁUSULA QUINTA - FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes do presente ajuste, neste exercício, correrão por conta dos seguintes recursos orçamentários do CONTRATANTE: dotação orçamentária _____, natureza da despesa _____, conforme Nota de Empenho nº _____, no valor de R$ _____ (_____), emitida em __/__/____ pela Gerência de Gestão e Finanças da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação, e no exercício seguinte à conta própria do orçamento da SECTI.

**I.** Gestão/Unidade: ____;

**II**. Fonte de Recursos: ____;

**III**. Programa de Trabalho: ____;

**IV.** Elemento de Despesa: ____;

**V**. Nota de Empenho: ____.

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência contratual será de **36 (trinta e seis) meses,** tendo como marco inicial a data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), iniciando-se a contagem do respectivo prazo no dia subsequente, nos termos dos arts. 94, *caput*, e 183 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com a orientação referencial da Procuradoria-Geral do Estado exarada no Despacho nº 582/2025/GAB.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** O prazo de vigência da execução de cada item será aquele previsto no item 6.3 do Tópico 6 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO e item 7.20 do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do TR - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Considerando que o objeto contratado trata-se de operação continuada dos sistemas estruturantes de tecnologia da informação, a vigência do contrato é prorrogável por até 15 (quinze) anos, na forma do art. 114 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como do art. 31 do Decreto estadual nº 10.680, de 16 de abril de 2025.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente do CONTRATANTE, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

**PARÁGRAFO QUINTO.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

**PARÁGRAFO SEXTO.** Nas eventuais prorrogações, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência do contrato deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DAS GARANTIAS E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**Garantias**

Todos os bens e serviços contratados deverão obedecer à garantia legal (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Todas as licenças e serviços contratados (Atlassian Jira Enterprise Cloud, Atlassian Guard e plug-ins oficiais) possuem garantia prestada pelo fabricante Atlassian durante todo o período da subscrição vigente, conforme contrato de serviço no modelo SaaS:

a) O Item 01 contará com garantia oficial do fabricante Atlassian;

b) Os Itens 02 a 09 contarão com garantia prestada pelos respectivos fabricantes, mantenedores oficiais ou parceiros autorizados de cada plug-in.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** As regras de garantia não serão necessariamente idênticas para todos os itens, prevalecendo, para cada solução, a política do respectivo fabricante, sem prejuízo da responsabilidade contratual da CONTRATADA perante a Administração.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A garantia compreende o pleno funcionamento do ambiente em nuvem, com alta disponibilidade mínima de 99,95%, atualizações automáticas, correções de falhas, suporte técnico multilíngue e evolução contínua da plataforma.

**PARÁGRAFO QUARTO.** A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**PARÁGRAFO QUINTO.** Não será exigida garantia de execução contratual.

**Condições de Manutenção e Assistência Técnica**

**PARÁGRAFO SEXTO** Todas as licenças e serviços contratados (Atlassian Jira Enterprise Cloud, Atlassian Guard e plug-ins oficiais) possuem suporte técnico integral prestados pelo fabricante Atlassian durante todo o período da subscrição vigente, conforme contrato de serviço no modelo SaaS:

a) O Item 01 contará com manutenção, atualizações e suporte técnico oficial do fabricante Atlassian;

**b)** Os Itens 02 a 09 contarão com manutenção, atualizações e suporte técnico prestados pelos respectivos fabricantes, mantenedores oficiais ou parceiros autorizados de cada plug-in.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** A CONTRATADA atuará como ponto único de contato perante a Administração, responsabilizando-se pela abertura, acompanhamento, escalonamento e solução dos chamados técnicos e administrativos, inclusive junto aos fabricantes, quando necessário.

**PARÁGRAFO OITAVO**. As regras de suporte não serão necessariamente idênticas para todos os itens, prevalecendo, para cada solução, a política do respectivo fabricante, sem prejuízo da responsabilidade contratual da CONTRATADA perante a Administração.

**PARÁGRAFO NONO** O suporte técnico será prestado pela CONTRATADA, em conjunto com o fabricante Atlassian, de forma remota e ininterrupta (24x7), por meio do portal oficial Atlassian Support.

**PARÁGRAFO DÉCIMO.** O suporte possui natureza de serviço contínuo, incluindo:

a) correção de falhas e incidentes operacionais;

b) orientação de uso e boas práticas;

c) atualização automática de versões (releases e patches);

d) assistência em integrações, autenticação (SSO) e gestão de usuários;

e) monitoramento de disponibilidade e desempenho da instância.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO.** A manutenção preventiva, corretiva e evolutiva será executada automaticamente pelo fabricante em ambiente de nuvem, sem intervenção local, abrangendo atualização de software, mitigação de vulnerabilidades, otimização de performance e aprimoramentos contínuos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO.** Durante todo o período de vigência contratual, a CONTRATADA deverá garantir que:

a) todas as licenças permaneçam ativas e funcionais;

b) o suporte e as atualizações sejam fornecidos sem interrupção;

c) as comunicações de incidentes e manutenções programadas sejam previamente notificadas à Contratante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A indisponibilidade do serviço ou falhas reiteradas que comprometam sua utilização poderão ensejar glosas contratuais ou aplicação de penalidades, nos termos dos arts. 137 e 138 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observados os Níveis Mínimos de Serviço (NMS) estabelecidos nos itens 7.28. a 7.33. do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.**

## CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Todos os encargos decorrentes da execução deste contrato, tais como obrigações civis, trabalhistas, fiscais, previdenciárias ou de qualquer outra natureza, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que se obriga a atender ao objeto contratual em conformidade com as especificações e critérios estabelecidos no TR - Termo de Referência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**. A CONTRATADA se obriga a cumprir os termos previstos no presente contrato e a responder todas as consultas feitas pelo CONTRATANTE, no que se refere ao atendimento do objeto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**. A CONTRATADA ficará sujeita às cláusulas contratuais estabelecidas neste contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** Como condição para a celebração do contrato, a CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**PARÁGRAFO QUARTO** A CONTRATADA obriga-se a atender ao objeto deste contrato de acordo com as especificações e critérios estabelecidos no Edital e em seus anexos, bem como a cumprir as obrigações previstas nos itens 11.1. a 11.8. do Tópico 11 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO do TR - Termo de Referência, e ainda:

**I**. entregar o objeto em conformidade com a CLÁUSULA SEGUNDA deste Contrato;

**II**. Cumprir com o prazo de entrega determinado neste Contrato;

**III**. Responsabilizar-se integralmente pela entrega do objeto, nos termos da legislação vigente, bem como pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

**IV.** Submeter-se à fiscalização da SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, através do setor competente, qu acompanhará a entrega dos materiais e produtos, orientando, fiscalizando e intervindo ao seu exclusivo interesse, com a finalidade de garantir o exato cumprimento das condições pactuadas;

**V**. cumprir, além dos postulados legais vigentes no âmbito federal, estadual e municipal, as normas da SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

**VI**. arcar com todos os ônus de transportes e fretes necessários;

**VII**. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no TR - Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

**VIII**. comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**IX**. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante do CONTRATANTE para a gestão do contrato;

**X**. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de Goiás, conforme legislação vigente;

**XI**. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**XII**. cumprir com as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

**XIII**. atender aos critérios e políticas de sustentabilidade ambiental;

**XIV.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato, exceto quando houver:

**a)** alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pelo CONTRATANTE;

**b)** retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse do CONTRATANTE;

**c)** aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**PARÁGRAFO QUINTO** As penalidades ou multas, impostas pelos órgãos competentes pelo descumprimento das disposições legais que regem a execução do objeto do presente Contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Devendo, se for o caso, obter licenças, providenciar pagamentos de impostos, taxas e serviços auxiliares.

**PARÁGRAFO SEXTO** Além das obrigações expressamente previstas neste contrato, a CONTRATADA obriga-se a cumprir integralmente as disposições contidas na Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais normas legais, regulamentares e contratuais aplicáveis à execução do objeto contratual.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

**PARÁGRAFO OITAVO**. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

**PARÁGRAFO NONO**. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** A CONTRATADA deverá exigir de SUBOPERADORES o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. A CONTRATADA deverá prestar os serviços contratados, observando os níveis mínimos de serviço exigidos, conforme ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO previsto no item 7.28. do Tópico 7 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO do TR Termo de Referência.**

## CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Além das obrigações contidas no TR - Termo de Referência, especialmente nos itens 12.1. a 12.10. do Tópico 12 - OBRIGAÇÕES DO CONTRANTANTE do TR - Termo de Referência, no Edital e neste Contrato, cabe ao CONTRATANTE:

**I**. exercer a fiscalização da execução do objeto, na forma prevista pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, através de nomeação de Gestor do Contrato;

**II**. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste contrato e respectivo TR - Termo de Referência;

**III**. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**IV**. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes deste contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

**V**. comunicar à CONTRATADA, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;

**VI**. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

**VII**. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste contrato e no TR - Termo de Referência;

**VIII**. o CONTRATANTE, ao efetuar o pagamento à CONTRATADA, fica obrigada a proceder à retenção do Imposto de Renda (IR) ao Estado de Goiás com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações posteriores;

**IX**. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

**X**. ressarcir a CONTRATADA, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva do CONTRATANTE, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

**XI**. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano ao CONTRATANTE, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

**XII**. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**XIII**. demais obrigações e responsabilidades previstas pela Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações pertinentes.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da lei, a CONTRATADA que, com dolo ou culpa, incorrer nas condutas descritas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e ainda quando:

**I**. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**II**. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**III**. Dar causa à inexecução total do contrato;

**IV**. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**V**. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

a) não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
b) recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
c) pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
d) apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital;
e) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**VI**. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**VII**. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**VIII**. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**IX**. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**X**. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

**XI**. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**XII**. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Sanções Administrativas**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**Com fulcro no art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**I**. advertência;

**II**. multa;

**III**. impedimento de licitar e contratar;

**IV**. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** Na aplicação das sanções serão considerados:

**I**. a natureza e a gravidade da infração cometida;

**II**. as peculiaridades do caso concreto;
**III**. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
**IV**. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
**V**. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Multa**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** A multa será recolhida em percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Para as infrações previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso V do caput desta cláusula, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

**PARÁGRAFO QUINTO.** Para as infrações previstas nas alíneas "d" e "e" do inciso V e nos incisos VI e VIII do caput desta cláusula, a multa será de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

**PARÁGRAFO SEXTO.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**PARÁGRAFO OITAVO.** A aplicação das sanções previstas no parágrafo primeiro desta Cláusula Décima não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (§9º do art. 156 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021).

**Impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade**

**PARÁGRAFO NONO.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Goiás, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput desta cláusula, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput desta cláusula que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta **de todos os entes federativos**, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na alínea "e" do inciso V do caput desta cláusula, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 53 do Decreto estadual nº 10.247, de 30 de março de 2023.

**Processo administrativo de responsabilização de Fornecedor (PAF)**

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de **Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores – PAF**, regulamentado pela Instrução Normativa nº 003/2021 da Controladoria-Geral do Estado de Goiás - CGE, a ser conduzido por comissão composta por 3 (três) servidores efetivos, preferencialmente estáveis, ou por 3 (três) empregados públicos, com no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço, à qual caberá:

1. realizar a instrução processual;

2. proceder às comunicações processuais de praxe;

3. notificar a CONTRATADA, facultando-lhe, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a apresentação de defesa escrita e especificação das provas que pretenda produzir durante a instrução processual, motivando, sempre que possível, sua necessidade, inclusive podendo arrolar até 3 (três) testemunhas, sob pena de preclusão;

4. disponibilizar o acesso aos autos à defesa;

5. apreciar os pedidos apresentados pela defesa;

6. realizar audiências de oitivas de testemunhas;

7. manifestar-se nos autos quando necessário;

8. facultar a apresentação de defesa escrita;

9. analisar os fatos e circunstâncias provadas;

10. expedir o relatório final, e outros procedimentos próprios de sua competência.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** Verificada a existência de elementos suficientes para instauração do PAF, a autoridade competente deverá verificar a possibilidade de se fazer a autocomposição do litígio com a interveniência da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Procuradoria-Geral do Estado, nos termos da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** Quando regularmente notificada a CONTRATADA não realizar os atos de acompanhamento, produção

de provas e não apresentar defesa, será declarada a revelia por termo nos autos e não será mais intimado da realização dos atos processuais.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** Recebida a defesa, a comissão procederá à juntada dos documentos apresentados aos autos do PAF, analisará e decidirá sobre os pedidos de produção de provas e, se necessário, designará audiência para produção de provas e/ou oitiva de testemunhas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** Deferida a produção de prova testemunhal, a comissão designará data e hora para a realização das oitivas das testemunhas, limitadas ao número de 03 (três) para a defesa e 03 (três) para a comissão, respectivamente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO.** Encerrada a fase de instrução, a CONTRATADA será intimado para a apresentação de alegações finais, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** Decorrido o prazo para apresentação das alegações finais, a comissão processante elaborará o relatório final do PAF, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** O relatório final será encaminhado à autoridade competente para decisão, encerrando-se a atividade da comissão processante.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO.** Antes da decisão, o PAF será encaminhado à área jurídica do órgão/entidade para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, emitir parecer quanto à legalidade do processo.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** Recebido o processo da área jurídica, e de posse do parecer quanto à legalidade do processo, a autoridade competente expedirá a decisão devidamente motivada, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, prorrogável por igual período.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** Da decisão que condenar a CONTRATADA às sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos, consoante a Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e impedimento de licitar e contratar com o Estado de Goiás e descredenciamento do CADFOR – Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme a Lei estadual nº 17.928, de 27 de dezembro de 2012, caberá recurso dirigido à autoridade superior, por intermédio da autoridade julgadora.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO** Da decisão que condenar a CONTRATADA à sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração estadual caberá pedido de reconsideração, no prazo de dez dias úteis, contados da intimação.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO** A autoridade julgadora poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso e ao pedido de reconsideração de ato até que sobrevenha decisão final.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO** O CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, deverá informar/registrar e manter atualizados os dados relativos às sanções aplicadas nos seguintes cadastros, conforme o caso:

**I** - na unidade gestora de serviço de registro cadastral – SISLOG;

**II** - no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

**III** - no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

**IV** - no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais - CADIN, nos termos do inciso III do art. 2º, da Lei estadual nº 19.754, de 17 de julho de 2017.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO** Conforme Decreto estadual nº 9.142, de 22 de janeiro de 2018, serão inscritas no CADIN Estadual – Goiás as pessoas físicas ou jurídicas que tenham sido impedidas de celebrar ajustes com a Administração Estadual, em decorrência da aplicação de sanções previstas na legislação pertinente a licitações e contratos administrativos ou em legislações de parcerias com entes públicos ou com o terceiro setor.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

**Responsabilidade da CONTRATADA**

Não obstante a CONTRATADA ser a única responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, o CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE.

**Comunicação**

**PARÁGRAFO SEGUNDO** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, admitindo-se o uso de notificação ou mensagem eletrônica registrada no Sistema de Logística de Goiás (SISLOG) destinada a esse fim, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

**Reunião inicial do contrato**

**PARÁGRAFO TERCEIRO** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Registro de Ocorrências**

**PARÁGRAFO QUARTO.** Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**Gestão e fiscalização do contrato**

**PARÁGRAFO QUINTO.** O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados nos termos do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO.** O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes da CONTRATADA, nos termos do art. 22 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

**PARÁGRAFO SÉTIMO.** O Gestor do contrato coordenará as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

**Fiscalização Técnica**

**PARÁGRAFO OITAVO.** O Fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para o CONTRATANTE, segundo suas atribuições descritas no art. 23 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

**PARÁGRAFO NONO.** O Fiscal acompanhará o contrato com o objetivo de avaliar a execução do objeto nas condições contratuais e, se for o caso, aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital para o pagamento, com possibilidade de solicitar o auxílio ao Fiscal Administrativo ou Setorial, e ainda informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a ocorrência relevante que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência ou a existência de riscos quanto à conclusão da execução do objeto contratado que estão sob sua responsabilidade.

**Fiscalização Administrativa**

**PARÁGRAFO DÉCIMO.** O Fiscal Administrativo do contrato acompanhará os aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas e ao controle do contrato no que se refere a revisões, reajustes, repactuações e providências nas hipóteses de inadimplemento, segundo suas atribuições descritas, no art. 24 do Decreto estadual nº 10.216, de 14 de fevereiro de 2023.

**Verificação da manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA**

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO.** A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO.** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, o Gestor deverá notificar a CONTRATADA para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual, por meio de processo administrativo, assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO.** Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA OBRIGATORIEDADE DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

A CONTRATADA, nas contratações que ultrapassem o valor de R$ 1.430.000,00 (um milhão e quatrocentos e trinta mil reais) para compras e serviços, deverá manter, durante toda a vigência deste Contrato, o Programa de Integridade ou Compliance exigido na Lei estadual nº 20.489, de 10 de junho de 2019, conforme estabelecido no Despacho nº 2.067/2019 - GAB (SEI nº 000010813694 – processo nº 201914304003714) da lavra da Procuradoria-Geral do Estado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO.** O Programa de Integridade será avaliado, quanto a sua existência e aplicação, de acordo com os seguintes parâmetros:

padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, independente de cargo ou função exercidos;
treinamentos periódicos sobre Programa de Integridade;
análise periódica de riscos para realização e adaptações necessárias ao Programa de Integridade;
registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;
controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras de pessoa jurídica;
procedimentos específicos para prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios, na execução de contratos administrativos ou em qualquer interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tal como o pagamento de tributos, sujeição a fiscalizações, ou obtenção de autorizações, licenças, permissões e certidões;
independência, estrutura e autoridade da instância responsável pela aplicação do Programa de Integridade e fiscalização de seu cumprimento;
canais de denúncia de irresponsabilidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé;
medidas disciplinares em caso de violação do Programa de Integridade;
procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidade ou infração detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;

ações comprovadas de promoção da cultura ética e de integridade por meio de palestras, seminários, workshops, debates e eventos da mesma natureza.

**PARÁGRAFO SEGUNDO.** O Programa de Integridade meramente formal e que se mostre absolutamente ineficaz para mitigar o risco de ocorrência de atos lesivos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, não será considerado para fim de cumprimento da Lei estadual nº 20.489, de 10 de junho de 2019.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** Aplica-se a Lei estadual nº 23.863, de 19 de novembro de 2025, aos termos aditivos de prorrogação deste Contrato, observados os parâmetros estabelecidos no art. 3º da referida lei, excetuados os termos aditivos e apostilamentos não relacionados à prorrogação da vigência contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DA CONFIDENCIALIDADE

Por se tratar de contratação de solução sob o regime de Software as a Service (SaaS) mediantesubscrição/assinatura de acesso à nuvem, não haverá cessão ou transferência de direitos de propriedade intelectual,direitos autorais ou propriedade de código-fonte das ferramentas Jira Enterprise Cloud, Atlassian Access e seus plug-ins em favor da Administração Pública.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**. A propriedade intelectual, marcas, patentes e atualizações das ferramentas permanecem sob a titularidade exclusiva do fabricante (Atlassian e respectivos desenvolvedores dos plug-ins), restando ao Estado de Goiás estritamente o direito de uso e acesso às licenças durante o período de vigência contratual.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**. Eventuais customizações de fluxos de trabalho (workflows), telas, painéis e configurações de parametrização interna realizadas pela Administração ou pela Contratada dentro da ferramenta para atender à SECTI-GO incorporam-se ao patrimônio de processos da Administração, sem que isso confira direitos de propriedade sobre a estrutura lógica essencialdo software.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A CONTRATADA obriga-se a manter absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados,informações estratégicas, arquitetura de sistemas, credenciais de acesso ou documentos do Estado de Goiás que venham a ser processados, hospedados ou que circulem no ambiente Jira objeto desta contratação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** A CONTRATADA deverá apresentar o Termo de Confidencialidade e Compromisso, assinado pelos representantes legais da empresa e por todos os colaboradores diretos envolvidos na operacionalização, suporte ouparametrização da ferramenta, nos termos do item 14.2.2 do Tópico 14 - DA PROPRIEDADE E DA CONFIDENCIALIDADE do TR - Termo de Referência.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nos serviços ou nas compras.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** É admitida como, medida excepcional, a supressão contratual em percentual superior ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) previsto no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estipulado para obras, serviços ou compras que não envolvam a reforma de bem ou equipamento, desde que realizada de forma consensual entre as partes e devidamente fundamentada no interesse público, conforme orientação referencial da Procuradoria-Geral do Estado exarada no Despacho nº 652/2025 - PGE/GAB.

**PARÁGRAFO TERCEIRO.** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO.** As alterações unilaterais a que se refere inciso I do caput do art. 124 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, não poderão modificar o objeto da contratação.

**PARÁGRAFO QUINTO** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**. O acionamanto da garantia do fabricante da solução não caracteriza subcontratação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

A extinção do presente contrato poderá ser:

**I.** determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a IX do art. 137, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores;

**II.** consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse para o CONTRATANTE;

**III.** por decisão judicial, nos termos da legislação.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá gerar as consequências previstas no art. 139 da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis previstas na legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**. Quando a solicitação de rescisão for formulada pela CONTRATADA, o prazo para o envio do pedido mencionado

não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte dias) dias corridos.

**PARÁGRAFO QUARTO.** Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUINTO.** A CONTRATADA, desde já, reconhece todos direitos do CONTRATANTE, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO. Tratando-se de contratação plurianual, é facultado ao CONTRATANTE extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários suficientes para sua continuidade ou quando verificar que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do art. 106, inciso III, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.**

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO

As controvérsias eventualmente surgidas quanto à formalização, execução ou encerramento do ajuste decorrentes desta licitação, serão submetidas à tentativa de conciliação ou mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual (CCMA), na forma da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e da Lei Complementar estadual nº 144, de 24 de julho de 2018.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATANTE providenciará a divulgação da íntegra deste contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Logística de Goiás (SISLOG), no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da assinatura, nos termos dos arts. 91, *caput*, e 94, inciso I, da Lei federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sem prejuízo da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Goiás.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia/GO para dirimir as questões oriundas da execução deste contrato que não puderem ser resolvidas pela via administrativa, nos termos da cláusula anterior.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente contrato, assinado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI!), instituído por meio do Decreto estadual nº 8.808, de 25 de novembro de 2016, para que produza os necessários efeitos legais.

**CONTRATANTE:**

*< assinado eletronicamente >*
**JOSÉ FREDERICO LYRA NETTO**
Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação

**CONTRATADA:**

*< assinado eletronicamente >*
**[representante Contratada]**
[cargo representante Contratada] da [CONTRATADA]